



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

RELATÓRIO DE ATIVIDADES SEMESTRAIS¹

Promotorias Extrajudiciais
(Anexo - Recomendação nº 02/2012-CG)

Membro: Thiago André Pierobom de Ávila²

Unidade: Núcleo de Gênero Pró-Mulher

Período: 1º semestre/2016

Metas estipuladas para o período
• Representar o MPDFT nas reuniões da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – COPEVID/GNDH. • Acompanhar a capacitação da PCDF e da PMDF quanto à formação em questões de gênero. • Fiscalizar os serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar. • Articular a construção do projeto “Proteção Integral à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar” no âmbito da rede de enfrentamento à violência doméstica do Distrito Federal. • Acompanhar as ações do MPDFT na “Casa da Mulher Brasileira”, inaugurada em 02/06/2015, por meio da Assessoria Técnica de Violência Doméstica. • Acompanhar o Projeto Maria da Penha Vai à Escola – MPVE, em parceria entre o MPDFT, TJDF, DPDF, PCDF e Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Trabalho, Mulheres,

1

Art.

27.....

§ 1º As Promotorias de Justiça com atribuições na esfera extrajudicial elaborarão, individualmente, relatório de atividades semestrais, que deverá conter as metas estipuladas para o período e o resultado de sua atuação, bem como a descrição sucinta dos seguintes movimentos:

- I - ações ajuizadas;
- II - termos de ajustamento de conduta firmados;
- III - recomendações expedidas;
- IV - reuniões realizadas;
- V - procedimentos instaurados e
- VI - outros atos praticados reputados relevantes.

§ 2º O relatório deverá ser remetido às respectivas Câmaras de Coordenação e Revisão e à Corregedoria-Geral, até o dia 15 dos meses de junho e de dezembro. (NR – Resolução nº 133, de 13/ABR/12).

2

O Coordenador dos Núcleos de Direitos Humanos acumula as atribuições do Núcleo de Gênero Pró-Mulher, do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação - NED e do Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – NEVESCA. O presente relatório trata, exclusivamente, das atividades do Pró-Mulher.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH, para tratar do tema violência doméstica no âmbito das comunidades escolares.

- Acompanhar das reuniões da Rede de Proteção às Mulheres do DF e entorno.
- Participar da campanha nacional “Justiça pela Paz em Casa”.
- Alimentar a página da CNDH no Facebook com as ações do Núcleo de Gênero, aproximando o MPDFT da sociedade civil.
- Prorrogação até 2018 do Termo de Cooperação Técnica entre o MPDFT e a UPIS – União Pioneira de Integração Social Faculdades Integradas com o objetivo de estabelecer um regime de cooperação mútua entre os partícipes, voltada para o atendimento e assessoria jurídica de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, na defesa de seus direitos individuais nas esferas cível e criminal, a serem prestados pela Faculdade de Direito da UPIS, bem como o aperfeiçoamento e capacitação técnica de professores e estudantes da Faculdade de Direito da UPIS para atuação na área objeto do termo.
- Prestar apoio operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica, mediante as atividades de encaminhar jurisprudência pertinente, colaborar para redação de modelos de peças processuais, difundir modelos de peças processuais recebidas de outros Estados, prestar apoio logístico na resolução de casos de elevada complexidade, articular com os serviços da rede para atendimentos especializados de vítimas, acompanhar o andamento de recursos perante o TJDF, dialogando com Desembargadores quanto à relevância de determinados posicionamentos para o MPDFT, articular com a **Coordenação de Recursos Constitucionais** para a interposição de recursos em casos de relevância institucional, receber demandas de disfunção da rede de atendimento em nível distrital e instrumentalizar as gestões para resolução de problemas, fomentar a realização de cursos com a CAM e ESMPU de interesse institucional dos titulares das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica.

Descrição sucinta das principais ações ajuizadas, termos de ajustamento de conduta firmado, recomendações expedidas, reuniões realizadas e procedimentos instaurados

Recomendações expedidas

17/03 – Recomendação Conjunta nº 01/2016 – CNDH, que recomenda a Lei de acompanhamento à parturiente, de forma a assegurar o direito à parturiente de ter acompanhante de sua confiança, masculino ou feminino, durante todo o trabalho de pré-parto, parto e pós-parto, em



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

todos os hospitais públicos do Distrito Federal, inclusive no Hospital Regional de Samambaia e no Hospital Regional da Asa Norte.

13/05 – Recomendação n. 03/2016 – CNDH à Casa Abrigo, que recomenda a recomposição do quadro de servidores da Casa Abrigo e da reativação dos serviços anteriormente ofertados, que estão indisponíveis no momento.

13/05 – Recomendação n. 04/2016 à NAFVAD – CNDH, que recomenda a recomposição do quadro de servidores dos Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica – NAFVAD, de forma a permitir a realização dos atendimentos de mulheres vítimas e homens autores de agressão em prazo razoável, compatível com a urgência que a intervenção em contextos de violência doméstica.

Reuniões realizadas

01 a 16/01 – Período de férias.

19/01 – Reunião com EuroSocial referente à adaptação do Protocolo Ibero-Americano.

20/01 – Reunião do Colegiado da Casa da Mulher Brasileira, referente à elaboração do plano de ação da CMB.

22/01 – Reunião com a Coordenadoria Psicossocial – CEPs/MPDFT e os Promotores do Júri sobre elaboração de relatório técnico psicossocial nos casos de feminicídio.

26/01 – Reunião sobre Sigilo Profissional (PA n. 08190.176018/14-45) com os Representantes dos Conselhos Federais para tratar de sigilo profissional nos casos de violência doméstica.

27/01 – Reunião sobre o Plano de Ação e os Objetivos do Mapa Estratégico da CMB.

28/01 – Reunião de continuidade do Projeto de Proteção Integral à Mulher Vítima de Violência Doméstica em Santa Maria.

29/01 – Reunião de continuidade do Projeto de Proteção Integral à Mulher Vítima de Violência Doméstica no Gama.

01/02 – Reunião com representantes Movimento pela Cultura no Distrito Federal; e Reunião no Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP sobre Cadastro Nacional de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

02/02 – Palestra sobre Violência Doméstica e Racismo a alunos de Ensino Médio e Reunião Compromisso e Atitude para tratar: a) do Acórdão do TJDF que define a qualificadora do feminicídio como objetiva; b) do Acórdão do TJSP sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha às mulheres trans e c) da Nota técnica da OAB sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha às mulheres trans.

11/02 – Reunião no Comando-Geral da Polícia Militar do DF sobre o Termo de Cooperação Técnica entre PROVID e MPDFT.

12/02 – Entrevista para a Revista de Gestão Estratégica do MPDFT sobre violência doméstica.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

15/02 – Reunião com os representantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher – NEPEM com a finalidade de elaborar artigo sobre violência doméstica contra mulher; e Reunião sobre o Projeto Maria da Penha Vai à Escola – MPVE com Dr. Ben Hur Vizza, Juiz de Direito e Coordenador do Centro Judiciário da Mulher – CJM.

16, 18, 23 e 25/02 – Participação, na qualidade de orientador pedagógico e conteudista, da Oficina de Trabalho sobre Investigação Criminal com Perspectiva de Gênero, promovida pela ESMPU.

17/02 – Palestra em escolas sobre Projeto Maria da Penha Vai à Escola – MPVE e gravação de vídeo NOTIFIQUE-SE, que trata da Notificação Compulsória de Violência Doméstica.

24/02 – Reunião Colegiado da Mulher Brasileira sobre estratégias de ação para 2016.

25/02 – Reunião com representantes do projeto Promotoras Legais Populares – PLP, solicitando apoio ao projeto de 2016.

25/02 – Participação na condição de palestrante do 1º Encontro *Diálogos no Sistema de Justiça para o Enfrentamento à Violência Doméstica contra as Mulheres*.

29/02 – Audiência com a Deputada Erika Kokay, para tratar do caso de estupro na Universidade de Brasília – UnB.

01/03 – Reunião com Assessoria de Comunicação para tratar do vídeo institucional em comemoração ao Dia Internacional da Mulher; e participação no evento institucional 10 Medidas contra a Corrupção.

03/03 – Entrevista a Radio Justiça sobre Lei Maria da Penha e Violência de Gênero; e palestra no IESB sobre violência doméstica.

04/03 – Participação na condição de palestrante em evento de capacitação interna da Promotoria de Justiça de Brasília II sobre Violência Doméstica e Lei Maria da Penha.

07/03 – Participação na Abertura da Correição Nacional no Edifício-Sede do MPDFT e participação na Abertura da Semana Justiça pela Paz em Casa na Casa da Mulher Brasileira.

08/03 – Realização do Seminário sobre Assédio Sexual: evitando a reprodução de relações violentas e participação no debate sobre Crimes Cibernéticos contra as Mulheres na CPI da Câmara dos Deputados.

09/03 – Entrevista na Casa da Mulher Brasileira sobre Dia Internacional da Mulher; e reunião no Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP sobre a elaboração de Cadastro Nacional de Violência Doméstica.

10/03 – Realização do Seminário sobre Avaliação de risco nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher; e oitiva da servidora da Força Nacional, Senhora Leonilia O. de Sousa, vítima de violência doméstica e revitimizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ.

14 a 23/03 – Período de férias.

29/03 – Reunião com a Defensora Pública Dulcielly Nóbrega.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

- 30/03 – Entrevista sobre Violência Doméstica para estudantes do IESB.
- 01/04 – Reunião com a chefe do Psicossocial do MPDFT para discutir tratativas sobre encaminhamento das denúncias de violência doméstica pelo Disque 180.
- 04/04 – Reunião com a SECPLAN para inscrição de projetos da CNDH na premiação do CNMP e reunião com a assessoria de Jornalismo sobre criação do vídeo institucional dos projetos a serem inscritos.
- 07/04 – Reunião do Grupo de Trabalho de Combate à Violência Doméstica e Defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos - GT6 na Câmara Distrital do Distrito Federal.
- 08/04 – Reunião com os representantes do grupo Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, entrevista a TV Globo sobre Feminicídio e a doutorando sobre Lei Maria da Penha.
- 11/04 – Reunião com o STI/MPDFT e Corregedoria para tratar do Cadastro Nacional de Violência Doméstica em processo de construção pelo CNMP.
- 13/04 – Reunião do Colegiado Gestor da Casa da Mulher Brasileira para tratar do fluxo de encaminhamento dos dados de atendimento e discutir sobre possíveis atuações nos casos de Feminicídio.
- 15/04 – Reunião sobre pesquisa de Feminicídio referente ao PA n. 08190.054689/16-81.
- 19/04 – Entrevista com estudante de Jornalismo sobre Feminicídio.
- 20/04 – Reunião com os representantes dos Conselhos Federais sobre sigilo profissional (ação inserida no Projeto de Proteção Integral).
- 25/04 – Reunião com os representantes do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher – Nepem/UnB.
- 27/04 – Palestra no Simpósio dos 20 anos do Programa de Interrupção Gestacional Prevista em Lei – PIGL no HMIB. Tema da palestra: Interrupção Gestacional e seus Aspectos Jurídicos.
- 29/04 – Palestra *Avaliação de Risco em Violência Doméstica* ministrada no Ministério Público do Espírito Santo – MPES.
- 02/05 – Entrevista à TV CNT sobre Sigilo Profissional nos Casos de Violência Doméstica.
- 04 a 06/05 – Encontro da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar – OPEVID/GNDH.
- 09/05 – Reunião com Setor de Psicossocial de Brasília II (local piloto do Projeto de Proteção Integral).
- 16/05 – Reunião com a Ouvidora do MPDFT para realizar tratativas relacionadas às representações encaminhadas pelo Ligue 180 sobre violência doméstica e familiar.
- 16/05 – Entrevista concedida ao Major Marco Antônio sobre a visão do MPDFT quanto ao trabalho realizado pelo Programa de Prevenção Orientada à Violência Doméstica – PROVID.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

- 19/05 – Reunião com a SECPLAN para tratar do fluxograma do Projeto de Proteção.
- 20/05 – Reunião no Conselho Nacional de Ministério Público – CNMP sobre Cadastro Nacional de Violência Doméstica.
- 25/05 – Reunião com Subsecretária de Políticas para as Mulheres sobre o Ligue 180.
- 30/05 – Entrevista ao DFTV sobre a estatística dos casos de violência doméstica; e entrevista sobre sigilo profissional dos profissionais da Saúde nos casos de violência contra a mulher.
- 31/05 – Articulação Parlamentar no Senado Federal sobre o PLC n. 07/2016, que trata de alterações na Lei Maria Penha.
- 1º/06 – Entrevista para Globo News sobre Lei Maria da Penha.
- 02/06 – Reunião com o Secretário Joe Valle e Dr. Leonardo Bessa para entrega de Recomendações aos NAFAVDS e à Casa Abrigo, elaboradas pela CNDH.
- 06/06 – Reunião com a representante da ONU MULHERES, Sra. Wania Pasinato, para tratar de Políticas de Enfrentamento ao Feminicídio.
- 07/06 – Reunião sobre Cadastro Nacional de Violência Doméstica no CNMP para verificação do cadastro teste em fase de implementação; e Reunião com chefe da STI sobre a criação de sistema de informática para compartilhar informações de VD com os parceiros referente ao PA n. 08190.176018/14-45.
- 08/06 – Reunião com a SECPLAN sobre o desenho do fluxograma do Projeto de Proteção de Integral referente ao PA n. 08190.176018/14-45.
- 10/06 – Reunião com a Assessoria de Comunicação sobre o vídeo do Projeto de Proteção de Integral referente ao PA n. 08190.176018/14-45.
- 13/06 – Reunião com a SECPLAN sobre o desenho do fluxograma do Projeto de Proteção de Integral referente ao PA n. 08190.176018/14-45.
- 14 e 15/06 – Articulação Parlamentar no Senado Federal sobre o PLC n. 07/2016, que trata de alterações na Lei Maria Penha.
- 16/06 – Reunião no STJ com Ministro Rogério Schietti sobre o PL que trata da alteração dos crimes contra a dignidade sexual.
- 17/06 – Reunião no CNMP sobre Nota Técnica referente à Audiência de Custódia nos casos de violência doméstica.
- 20/06 – Reunião com a Secretária de Políticas de Mulher - SPM para tratar da alteração da Lei Maria da Penha; e palestra sobre Fatores de Risco nos casos de Feminicídio na OAB-DF.
- 21/06 – Participação em Audiência Pública no Senado sobre mudança na Lei Maria da Penha (PLC n. 07/2016).



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

22/06 – Acompanhamento no Senado Federal da votação sobre o PLC n. 07/2016, que trata de alterações na Lei Maria Penha; e participação na Câmara dos Deputados do debate sobre projetos de lei que alteram crimes contra a dignidade sexual.

24/06 – Participação em Mesa Redonda sobre Violência de Gênero no Conselho Federal de Psicologia – CFP; e Reunião com Dr. Leonardo Bessa e o Senador Helio José sobre parecer de inconstitucionalidade do projeto de lei de alteração da Lei Maria da Penha.

27/06 – Reunião na Câmara Federal para tratar do projetos de lei que alteram crimes contra a dignidade sexual; e reunião com os representantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher – NEPEM para tratar da inconstitucionalidade da alteração da Lei Maria da Penha; e participação na condição de palestrante em evento sobre violência contra a mulher e feminicídio no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília – UnB.

28/06 – Participação como palestrante do Seminário Lei do Feminicídio: processo histórico, aplicação e desafios na Universidade de Brasília – UnB; e Articulação Parlamentar no Senado Federal sobre o PLC n. 07/2016, que trata de alterações na Lei Maria Penha.

Principais procedimentos em andamento

- Procedimento Administrativo nº 08190.021306/14-63, instaurado com a finalidade de esclarecer quais os dados atualmente preenchidos no sistema processual do Ministério Público quando do cadastramento de processos relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Procedimento Administrativo nº 08190.175981/14-57, instaurado para acompanhar a situação das revistas às mulheres presas por agentes penitenciários do sexo masculino.
- Procedimento Administrativo nº 08190.175983/14-82, instaurado com a finalidade de acompanhar a instalação dos Núcleos de Atendimento a Família e aos Autores de Violência Doméstica contra a Mulher – NAFAVDs nas instalações das promotorias de justiça no DF.
- Procedimento Administrativo nº 08190.175990/14-48, instaurado para discutir a possibilidade de estender a todas as delegacias de polícia do DF recomendação expedida à DEAM e à DPCA para que promovam, nos casos de violência doméstica e crime sexual contra criança e adolescente, a imediata instauração de inquérito policial.
- Procedimento Administrativo nº 08190.175999/14-12, instaurado para acompanhar a questão do atendimento em creches de crianças cujas mães estejam expostas à situação de violência doméstica e familiar.
- Procedimento Administrativo nº 08190.176018/14-45, instaurado com a finalidade de documentar as atividades relativas à implementação do Projeto "Proteção Integral à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar".



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

- Procedimento Administrativo nº 08190.176032/14-76, instaurado para acompanhar a implementação da Lei nº 5.425/2014, que cria o programa "Alarme do Pânico", cujo objetivo é reduzir os altos índices de violência doméstica no Distrito Federal.
- Procedimento Administrativo nº 08190.176019/14-16, instaurado com a finalidade de acompanhar o cumprimento do art. 9º-A da Lei 7.210 de 11/07/84, que dispõe sobre a obrigatoriedade de serem submetidos à identificação por perfil genético, mediante extração de DNA, os condenados por crime praticado com violência de natureza grave contra a pessoa.
- Procedimento Administrativo nº 08190.054689/16-81, instaurado para pesquisar, junto a CEPS/MPDFT, a presença de fatores de risco às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nos processos judiciais de Femicídio de 2011.
- Procedimento Administrativo nº 08190.054729/16-02, instaurado com a finalidade de acompanhar as ações de indenização contra o Distrito Federal decorrentes de violência obstétrica.
- Procedimento Administrativo nº 08190.145013/16-79, instaurado com a finalidade de apoiar ações de prevenção à violência contra as mulheres no ambiente universitário da Universidade de Brasília – UnB.
- Procedimento Administrativo nº 08190.054738/16-95, instaurado com a finalidade de acompanhar informações quanto à violência obstétrica no Hospital do Paranoá – HRPa.

Outros atos reputados relevantes

- Participação, na qualidade de membro colaborador, da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP, atuando no grupo de trabalho GT 6 - Violência Doméstica e Diretos Sexuais e Reprodutivos.
- Participação, na qualidade de integrante da COPEVID/GNDH, das atividades para adaptação do Protocolo Regional para Investigação com Perspectiva de Gênero dos Crimes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para o contexto brasileiro. As atividades para adaptação do protocolo iniciaram em 2013, e visaram elaborar um guia de procedimentos e orientações com perspectiva de gênero, a serem observados pelos agentes do sistema de justiça e de segurança pública sempre que os fatos criminosos envolverem uma situação de violência doméstica e familiar contra a mulher. Em 2016, houve publicação do referido protocolo.
- Participação nas reuniões mensais do Fórum Permanente de Discussão sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, criado em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPEM/UnB.
- Participação no Conselho Editorial do Portal da Campanha "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha."



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

- Acompanhamento do Termo de Adesão nº 011/2013, celebrado entre o MPDFT, o TJDF, a Defensoria Pública do DF e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República visando a integração dos diversos serviços públicos de atendimento às mulheres em situação de violência, nos termos do Programa "Mulher Viver sem Violência".
- Acompanhamento das denúncias encaminhadas pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, relativas ao atendimento dispensado às mulheres vítimas de violência doméstica nas Delegacias do Distrito Federal (Procedimento Administrativo n. 08190.044436/13-57).
- Implementação do projeto "Proteção Integral à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar". Em andamento desde o 2º semestre de 2014, no momento está em fase de implementação em três cidades-piloto (Santa Maria, Gama e Brasília II) e de aplicação dos questionários de avaliação de risco pelas DP dessas cidades selecionadas.
- Articulação Parlamentar no Senado Federal sobre o PLC n. 07/2016, que trata de alterações na Lei Maria Penha, considerado inconstitucional pelo MPDFT, pelos movimentos de mulheres e pelos órgãos de atenção e proteção à mulher vítima de violência doméstica.
- Participação na discussão dos projetos de lei que alteram crimes contra dignidade sexual na Câmara Federal.
- Elaboração e realização da Oficina de Trabalho sobre Investigação Criminal com Perspectiva de Gênero, promovida pela ESMPU em parceria com MPDFT, na qualidade de orientador pedagógico e conteudista, com produção final de documento sobre Diretrizes Distritais de Investigação Criminal com Perspectiva de Gênero.
- Realização de ciclo de atividades destinadas a promover uma reflexão sobre as questões de gênero, em comemoração do Dia Internacional da Mulher:
 - a) Seminário *Assédio Sexual: evitando a reprodução de relações violentas*. O curso discutiu temas como políticas públicas sobre enfrentamento ao assédio sexual, objetificação sexual das mulheres e naturalização do assédio: impactos sobre homens e mulheres e assédio Sexual em ambientes diversos, um olhar sob a perspectiva jurídica, ética e psicológica.
 - b) Seminário *Avaliação de risco à mulher nos casos de violência doméstica*. O seminário abordou o tema da violência doméstica e dinâmicas de risco, processo de identificação, modelo de avaliação de risco à mulher nos casos de violência doméstica: instrumentos atuais de investigação e de apoio às vítimas e apresentação do questionário construído pela rede de proteção para subsidiar decisão de medidas protetivas de urgência e posterior avaliação de risco pelo sistema de justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES SEMESTRAIS¹

Promotorias Extrajudiciais
(Anexo – Recomendação nº 02/2012-CG)

Membro: Thiago André Pierobom de Ávila

Unidade: Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual contra a Criança e o Adolescente – NEVESCA

Período: 1º semestre/2016

Metas estipuladas para o período
• Celebrar termo de cooperação técnica com o TJDFT para implementar o procedimento de oitiva especial de crianças e adolescentes vítimas de crimes sexuais. • Realizar, a partir de março, reuniões em todas as circunscrições a fim de dar sugestões e receber demandas. • Articular, junto à Corregedoria-Geral, a alteração do SISPROWEB para permitir o levantamento de casos relacionados à prática de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes. • Divulgar a estatística institucional acerca dos casos relacionados aos temas dos três Núcleos. • Expedir recomendações referentes aos temas dos Núcleos. • Manter atualizadas as planilhas de controles de feitos internos administrativos em tramitação na CNDH. • Participar das reuniões de rede. • Elaboração dos relatórios semestrais das atividades dos três Núcleos à Corregedoria-Geral • Atualizar o site dos Núcleos na intranet do MPDFT • Cursos regionalizados em todas as circunscrições sobre combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

¹ Art. 27

§1º As Promotorias de Justiça com atribuições na esfera extrajudicial elaborarão, individualmente, relatório de atividades semestrais, que deverá conter as metas estipuladas para o período e o resultado de sua atuação, bem como a descrição sucinta dos seguintes movimentos:

I - ações ajuizadas;
II - termos de ajustamento de conduta firmados;
III - recomendações expedidas;
IV - reuniões realizadas;
V - procedimentos instaurados e
VI - outros atos praticados reputados relevantes.

§ 2º O relatório deverá ser remetido às respectivas Câmaras de Coordenação e Revisão e à Corregedoria-Geral, até o dia 15 dos meses de junho e de dezembro. (NR – Resolução nº 133, de 13/ABR/12).



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Descrição sucinta das principais ações ajuizadas, termos de ajustamento de conduta firmados, recomendações expedidas, reuniões realizadas e procedimentos instaurados

Reuniões realizadas

11/2 – Reunião com promotora de Justiça Gabriela Gonzales para debater estratégias de intervenção nas escolas das regiões com maior índice de violência sexual contra crianças e adolescentes.

29/2 – Reunião com promotores de Justiça, Centro Judiciário da Mulher e Coordenações Regionais de Ensino sobre estratégias de intervenção nas escolas das regiões com maior índice de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

29/2 – Reunião com o Secretário de Estado de Políticas para Crianças e Adolescentes sobre o Centro de Referência em Atenção Integral a Criança e Adolescente Vítima de Violência Sexual

8/3 – Reunião com o Secretário de Estado de Políticas para Crianças e Adolescentes sobre o Centro de Referência em Atenção Integral a Criança e Adolescente Vítima de Violência Sexual

28/3 – Reunião com o NEPAV

14/4 – Reunião com a professora Maria Auxiliadora, da Universidade de Brasília

10/6 – Reunião com as Promotorias de Justiça Cíveis e de Defesa dos Direitos Individuais, Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude do DF – PJIJ, com a Procuradoria-Geral de Justiça do MPDFT – PGJ; a Procuradoria do Trabalho da 10ª Região – MPT – 10ª Região e o Ministério Público de Contas do DF sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes no DF.

Procedimentos instaurados

21/10 – Instauração do Procedimento Administrativo 08190.054675/16-77, para acompanhar as atividades de controle externo da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA.

Outros atos reputados relevantes

- Entrevistas concedidas sobre violência contra crianças e adolescentes para os seguintes veículos: Jornal de Brasília (5/4), TV Brasil (2/5), Rádio Justiça (18/5)
- Realização de gestões junto ao TJDF para implementar a "Escuta Especial" e a Vara Especializada em Crimes Sexuais contra Crianças e Adolescentes, por meio dos Procedimentos Administrativos 08190.000919/11-41 e 08190.176000/14-80, respectivamente.
- Realização de gestões junto ao Governo do Distrito Federal para acompanhar o processo de criação do Centro de Referência para acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, por meio do Procedimento Administrativo n. 08190.000942/11-63.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

- Realização de gestões junto ao Governo do Distrito Federal para cobrar a regulamentação da lei 3.437/2004, a qual estabelece que as Lan Houses serão obrigadas a realizar o cadastro dos usuários.
- Acompanhamento, por meio do Inquérito Civil Público n. 08190.021264/14-15, da reestruturação do Núcleo de Estudos e Programas na Atenção e Vigilância em Violência (Nepav).
- Acompanhamento e controle externo das atividades da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, por meio do Procedimento Administrativo 08190.054675/16-77.
- Exposição em audiência pública da Câmara Legislativa do Distrito Federal sobre o trabalho desenvolvido pelo NEVESCA, em 26/4.
- Palestra proferida no IFB do Riacho Fundo para alunos e professores, sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, em 16/5.
- Realização de Oficina de Trabalho, pela ESMPU, sobre abuso sexual de crianças e adolescentes, nos dias 19/5, 20/5, 24/5 e 25/5
- Publicação de estatística sobre crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes nos últimos anos, com recorte por Região Administrativa do DF.
- Atualização da página do NEVESCA no site do MPDFT.

